

***CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE
A GRAMA E INDOOR***

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015***

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Continuidade operacional

A Confederação apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 115.875 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 28.868 em 31 de dezembro de 2015) e passivo a descoberto no montante de R\$ 115.031 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 27.577 em 31 de dezembro de 2015). Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e são aplicáveis a uma Entidade em continuidade normal das operações, que pressupõem a realização de ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. A Confederação não tem gerado recursos financeiros suficientes para a manutenção das suas atividades operacionais. Assim sendo, a continuidade normal das operações da Entidade está relacionada à obtenção de um nível de rentabilidade que produza o suficiente e necessário capital de giro ou novos recursos adquiridos pela Confederação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Continuidade operacional

Consideramos como principal assunto a continuidade operacional da Entidade, conforme Nota Explicativa nº 2 e parágrafo de Ênfase.

Nossos principais procedimentos de auditoria relacionados a esse assunto:

Exames sobre os saldos, com base em materialidade, que refletem a adequada apresentação das Demonstrações Contábeis;

Indagações e avaliações sobre a administração a respeito do conhecimento da capacidade de continuidade operacional da Entidade e seu devido plano de ação; e

Avaliação dos índices financeiros e patrimoniais sobre as demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2017.

FSA NETWORK Consultores
CRC-RJ-003004/O-2



Levi O. Soares
Contador-CRC-RJ-031950/O-9



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR

BALANÇOS PATRIMONIAIS

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais, centavos omitidos)**

ATIVO	<u>2016</u>	<u>2015</u>	PASSIVO	<u>2016</u>	<u>2015</u>
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	1.150.189	2.802.315	Contas a pagar	1.134.047	2.665.174
Outros ativos	5.362	317	Tributos a recolher	40.231	54.504
	<u>1.155.551</u>	<u>2.802.632</u>	Obrigações sociais	97.148	111.822
				<u>1.271.426</u>	<u>2.831.500</u>
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO SOCIAL		
Imobilizado	844	1.291	Déficits acumulados	(115.031)	(27.577)
	<u>844</u>	<u>1.291</u>		<u>(115.031)</u>	<u>(27.577)</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>1.156.395</u>	<u>2.803.923</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>1.156.395</u>	<u>2.803.923</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais, centavos omitidos)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RECEITAS		
Receitas de recursos públicos		
Receitas da Lei Agnelo/Piva	2.289.538	1.963.359
Convênio com Ministério dos Esportes	1.686.920	2.567.619
	<u>3.976.458</u>	<u>4.530.978</u>
Receitas de recursos próprios		
Doações e receitas eventuais	40.521	108.018
	<u>40.521</u>	<u>108.018</u>
CUSTOS		
Gastos com recursos públicos		
Programa de projeto/fomento	(322.697)	(288.574)
Desenvolvimento e manutenção do desporto	(446.190)	(362.488)
Preparação técnica	(656.663)	(334.055)
Participação em eventos esportivos	(599.988)	(738.272)
Remuneração de dirigentes estatutários	(264.000)	(239.970)
Gastos dos recursos do Ministério dos Esportes	(1.686.920)	(2.567.619)
	<u>(3.976.458)</u>	<u>(4.530.978)</u>
DESPESAS		
Despesas operacionais	(127.975)	(125.627)
	<u>(127.975)</u>	<u>(125.627)</u>
Déficit do exercício	<u><u>(87.454)</u></u>	<u><u>(17.609)</u></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais, centavos omitidos)**

	Déficits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(9.968)	(9.968)
Déficit do exercício	(17.609)	(17.609)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(27.577)	(27.577)
Déficit do exercício	(87.454)	(87.454)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(115.031)	(115.031)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais, centavos omitidos)**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do exercício	(87.454)	(17.609)
Ajustes		
Depreciação	447	727
	<u>(87.007)</u>	<u>(16.882)</u>
Varição no ativo/passivo circulante		
Outros ativos	(5.045)	(269)
Contas a pagar	(1.531.127)	2.592.317
Tributos a recolher	(14.273)	26.938
Obrigações sociais	(14.674)	111.822
	<u>(1.565.119)</u>	<u>2.730.808</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.652.126)</u>	<u>2.713.926</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.802.315	88.389
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.150.189	2.802.315
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.652.126)</u>	<u>2.713.926</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Em reais, centavos omitidos)

1. Contexto operacional

A Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor, designada pela sigla CBHG, fundada em 23 de agosto de 2001, na cidade do Rio de Janeiro, é uma associação de fins não econômicos, com prazo de duração indeterminado, de caráter desportivo, formada pelas suas Filiadas, Entidades de Administração do Desporto da respectiva modalidade no âmbito territorial das Unidades de Federação, tem por fim coordenar todos os aspectos relativos à prática e à gestão da modalidade de Hóquei sobre a Grama e Indoor no território brasileiro, bem como representar a respectiva modalidade para todos os fins perante toda pessoa, física, brasileira ou estrangeira, jurídica, de direito público, interno ou externo, ou privada, nacional, internacional ou estrangeira.

A CBHG, como Entidade Nacional de Administração do Desporto de modalidade de Hóquei sobre a Grama e Indoor, é filiada à *Pan American Hockey Federation – PAHF International Hockey Federation – FIH*, e por esta reconhecida como a única entidade responsável pela organização da prática e gestão da modalidade no território brasileiro, bem como pela representação do Hóquei sobre a Grama e Indoor brasileiro perante todas e quaisquer pessoas, física, brasileira ou estrangeira, jurídica, de direito público, interno ou externo, ou privada, nacional, internacional ou estrangeira.

A CBHG é filiada ao Comitê Olímpico Brasileiro, designado pela sigla COB, e por este reconhecida como única representante da modalidade de Hóquei sobre a Grama e Indoor perante o Olimpismo nacional, internacional e estrangeiro.

A CBHG, dentro da sua finalidade desportiva, tem como objetivo a formação e difusão do civismo, da cultura, da educação, da ciência, da recreação e da assistência social entre todos os que lhe sejam ligados, direta ou indiretamente, por força do Hóquei sobre a Grama e Indoor.



2. Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e são aplicáveis a uma Entidade em continuidade normal das operações, que pressupõem a realização de ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade apresenta déficits acumulados de R\$ 115.031 (R\$ 27.577 em 31 de dezembro de 2015), e não tem gerado recursos financeiros próprios suficientes para a manutenção das suas atividades operacionais. Assim sendo, a continuidade normal das operações da Entidade está relacionada à obtenção de um nível de rentabilidade que produza o suficiente e necessário capital de giro ou novos recursos adquiridos pela Confederação.

3. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

3.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

3.2 Principais práticas contábeis

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados pelos recursos mantidos em espécie na tesouraria da Entidade e pelos saldos dos depósitos bancários à vista, de livre movimentação em instituições bancárias no País.



As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimentos de até três meses a contar da data da aquisição, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliadas pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Nenhuma das aplicações financeiras é destinada à negociação ou se encontra disponível para venda, motivo pelo qual não são avaliáveis pelo seu valor justo ou de mercado. Deste modo, não foram efetuados registros contábeis no patrimônio líquido a título de ajustes de avaliação patrimonial em decorrência dos aumentos ou diminuições de valor resultante das avaliações pelo critério de valor justo ou de mercado, visto que os montantes demonstrados efetivamente representam os respectivos valores de realização.

c. Passivo circulante

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

d. Imposto de renda e contribuição social

A Entidade está isenta de pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social, em virtude de sua operação e não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999.

e. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.



4. Caixa e equivalentes de caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	3.595	6.655
Caixa Econômica Federal – COB	23.556	31.746
Banco Bradesco – Recursos próprios	186	1
Caixa Econômica Federal – Ministério dos Esportes	828.765	-
Bancos contas correntes	852.507	31.747
Caixa Econômica Federal – COB	291.386	215.925
Banco Bradesco – Recursos próprios	2.701	14.801
Caixa Econômica Federal – Recursos próprios	-	75.028
Caixa Econômica Federal – Ministério dos Esportes	-	2.458.159
	294.087	2.763.913
	1.150.189	2.802.315

5. Imobilizado

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	Taxas anuais de depreciação	2016		2015	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 %	2.470	(1.626)	844	1.091
Equipamentos de informática	20 %	2.400	(2.400)	-	200
		4.870	(4.026)	844	1.291



6. Contas a pagar

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

		<u>2016</u>	<u>2015</u>
Comitê Olímpico Brasileiro – COB	(i)	281.641	202.679
Ministério dos Esportes	(ii)	805.312	2.408.357
Outras provisões a pagar		47.094	54.138
		<u>1.134.047</u>	<u>2.665.174</u>

- (i) Durante o exercício de 2016, a Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor recebeu recursos do COB, através de repasses da Lei Agnelo/Piva. Foram utilizados e/ou devolvidos o montante de R\$ 2.289.538 (R\$ 1.963.359 em 2015), nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2016, que era de R\$ 281.641 (R\$ 202.679 em 2015), será devolvido ao COB ou aplicado em projetos no próximo exercício.
- (ii) Em dezembro de 2014, foi firmado o Convênio entre o Ministério do Esporte – M.E. e a Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor – CBHG, com objetivo de preparar os atletas da seleção masculina para a participação nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Os recursos somam o valor total de R\$ 4.975.976, cabendo à destinação do Ministério dos Esportes, o valor de R\$ 4.901.296, equivalente a 98,50%, e à CBHG o montante de R\$ 76.680, equivalente a 1,50%. O montante da utilização dos recursos em 2016 foi de R\$ 1.603.045, permanecendo o saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 805.312.

O período de vigência do contrato para utilização dos recursos recebidos era até 31 de dezembro de 2015, e foi prorrogado pelo 1º Termo Aditivo ao Convênio, para 21 de setembro de 2016.

Em janeiro de 2017, a CBHG devolveu ao M.E., o saldo utilizado que era de R\$ 828.765, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 3, encerrando-se os saldos de obrigações e diretos deste projeto.

7. Patrimônio social

O Patrimônio Social é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referente às operações inerentes à Entidade.



8. Contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, e quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, não há qualquer processo contra a Entidade que gere a necessidade de provisões.

9. Remuneração de dirigentes estatutários

Em 30 de julho de 2014, o Comitê Olímpico Brasileiro emitiu a Instrução Normativa COB nº 02, que disciplina a aplicação de recursos financeiros decorrentes da Lei nº 9.615/98 de 24 de março de 1998, para pagamento de remuneração de dirigentes estatutários das Confederações, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013. A remuneração paga a dirigentes estatutários, com recursos da Lei Agnelo Piva, teve vigência a partir de agosto de 2014.

10. Receitas de recursos próprios

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Doações recebidas	2.500	85.592
Receitas eventuais	5.515	22.426
Mensalidades e taxas	32.506	-
	<u>40.521</u>	<u>108.018</u>

11. Despesas operacionais

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas gerais	19.396	86.120
Despesas com pessoal	91.558	23.457
Despesas com tributos, taxas e contribuições	9.870	13.699
Despesas financeiras	7.151	2.351
	<u>127.975</u>	<u>125.627</u>

* * *